



REPÚBLICA
PORTUGUESA
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E INOVAÇÃO



agrupamento
ESCOLAS
FREI
heitor
PINTO



unesco
Membro da Rede
Escolas Associadas

REGULAMENTO CONCURSAL

PARA RECRUTAMENTO DO DIRETOR

DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO

APROVADO NO CONSELHO GERAL DE 09 de abril de 2025

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as condições de acesso e normas do concurso para a eleição do diretor do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, na Covilhã.

Artigo 2.º

Concurso

1. Para efeitos de recrutamento do Diretor desenvolve-se um concurso a ser divulgado por um aviso de abertura, nos termos do artigo seguinte e em conformidade com o nº 2 do artigo 22º do Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, com a nova redação dada pelo decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho e com o nº 1 do artigo 5º da Portaria nº 604/2008, de 9 de julho.

2. Podem ser opositores ao presente concurso os candidatos que reúnam as condições estabelecidas nos números 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

Artigo 3.º

Aviso de Abertura

O aviso de abertura do procedimento concursal é publicitado:

- a) Por aviso publicado na 2.ª Série do Diário da República;
- b) Em local apropriado nas escolas do Agrupamento;
- c) Na página eletrónica do Agrupamento;
- d) Na página eletrónica da Direção Geral da Administração Educativa;
- e) Num jornal diário de expansão nacional.

Artigo 4.º

Prazo de Candidatura

As candidaturas devem ser formalizadas até dez dias úteis após a publicação do aviso em Diário da República, entregues pessoalmente nos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento, ou enviadas por correio registado, com aviso de receção, expedido até fim ao prazo fixado.

Artigo 5.º

Candidatura

1. O pedido de admissão é formalizado nos termos do disposto no artigo 22.º-A do Decreto-Lei nº137/2012, de 2 de julho.

2. O requerimento de candidatura a concurso deve ser dirigido à Presidente do Conselho Geral, em modelo próprio, disponibilizado nos serviços administrativos da escola sede e na página eletrónica do agrupamento (www.aefhp.pt), acompanhado dos seguintes documentos:

a) Curriculum Vitae - dois exemplares, datados e assinados, bem como uma cópia em suporte digital, onde constem as funções que tem exercido e a formação profissional que possui, acompanhado de prova documental dos seus elementos, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual, no caso desse se encontrar no Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto;

b) Projeto de Intervenção relativo ao Agrupamento - dois exemplares, datados e assinados, bem como uma cópia em suporte digital, contendo a identificação de problemas, definição



da missão, das metas e das grandes linhas orientadoras de ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no decurso do mandato;

c) Declaração autenticada pelos serviços administrativos onde o candidato exerce funções, onde conste a categoria, o vínculo, o escalão e o tempo de serviço.

3. Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

4. A prova documental dos elementos constantes do curriculum vitae far-se-á de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 6.º da Portaria 604/2008, de 9 de julho.

5. Toda a documentação, incluindo o requerimento, deve ser entregue nos serviços administrativos da escola sede do Agrupamento, ou remetido por correio postal registado, com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado no artigo 4.º, para a Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Avenida 25 de Abril, 6201-008 Covilhã.

Artigo 6.º

Avaliação das Candidaturas

1. As candidaturas são apreciadas por uma comissão designada para o efeito pelo Conselho Geral, nos termos definidos no artigo 22.º-B do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

2. A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada na escola sede e divulgada na página eletrónica do Agrupamento, no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar do término do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, sendo esta a forma de notificação dos candidatos.

3. A comissão procede à apreciação das candidaturas, considerando, obrigatoriamente:

a) A análise do *Curriculum Vitae* de cada candidato, visando apreciar a sua relevância para o exercício das funções de diretor e do seu mérito;

b) A análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento, visando apreciar a relevância de tal projeto nas diferentes escolas do agrupamento e a coerência entre os problemas diagnosticados, as estratégias de intervenção propostas, bem como os recursos a mobilizar para o efeito;

c) O resultado da Entrevista individual que, para além do aprofundamento de aspetos relativos às alíneas anteriores, visa apreciar as motivações da candidatura e verificar se a fundamentação do projeto de intervenção se adequa à realidade do agrupamento.

5. Após a apreciação dos elementos referidos no número anterior, a comissão elabora um relatório de avaliação dos candidatos, que é presente ao Conselho Geral, fundamentando, relativamente a cada um, as razões que aconselham ou não a sua eleição.

6. Sem prejuízo de um juízo avaliativo sobre as candidaturas em apreciação, a comissão não pode, no relatório previsto no número anterior, proceder à seriação dos candidatos.

7. A comissão pode considerar no relatório de avaliação que nenhum dos candidatos reúne condições para ser eleito.

Artigo 7.º

Eleição

1. O Conselho Geral realiza a discussão e apreciação do relatório emitido pela comissão, podendo, antes da eleição, proceder à audição dos candidatos, de acordo com o artigo 8.º da Portaria n.º 604/2008, de 9 de julho.

2. Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos o Conselho Geral procede à eleição do Diretor, por voto secreto presencial, considerando-se



eleito o que obtenha maioria absoluta de votos dos membros do Conselho Geral, em efetividade de funções.

3. No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número anterior, o Conselho Geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são apenas admitidos os dois candidatos mais votados na primeira eleição, sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos, desde que respeitado o quórum legal e regularmente exigido para que o Conselho Geral possa deliberar.

4. A decisão do Conselho Geral é comunicada à Direção Geral da Administração Escolar, DGAE, que procede à homologação nos dez dias úteis, posteriores à sua comunicação pela Presidente de Conselho Geral, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

Artigo 8.º

Impedimentos e Incompatibilidades

Se algum dos candidatos for membro efetivo do Conselho Geral fica impedido nos termos da lei de participar nas reuniões ou comissões convocadas para a eleição do Diretor do Agrupamento.

Artigo 9.º

Notificação de resultados

1. Do resultado do processo concursal será dado conhecimento ao diretor eleito através do endereço de correio eletrónico disponibilizado na candidatura, no dia útil seguinte à tomada de decisão do Conselho Geral.

2. O resultado do processo concursal é ainda divulgado em local apropriado nas escolas do Agrupamento e na página eletrónica do Agrupamento, no prazo máximo de dois dias úteis após a tomada de decisão do Conselho Geral.

Artigo 10.º

Tomada de Posse

O Diretor toma posse perante o Conselho Geral nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Diretor-Geral da Administração Escolar.

Artigo 11.º

Disposições Finais

As situações ou casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Geral, respeitando a lei e os regulamentos em vigor.

A Presidente do Conselho Geral: Isabel Maria Fael Ranito Pereira